



3º Encontro Internacional de Política Social

10º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social”

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

Eixo: Mundo do Trabalho

Inclusão produtiva: determinações e particularidades

Monique Bronzoni Damascena ¹

Resumo

A inclusão produtiva emerge como categoria nova para o Serviço Social e as ações que derivam do plano de governo como um desafio para a profissão. A presente reflexão visa à apreensão inicial de algumas determinações que estão na composição do sistema capitalista. Para tanto, há a necessidade da apreensão das particularidades do fenômeno, que para este estudo inicial, procurou a apreensão da dimensão ética e a discussão de algumas mediações ideológicas apreendidas na literatura do Serviço Social e que englobam as ações de inclusão produtiva propostas pelo Governo Federal no Brasil.

Palavras-chave: Serviço Social. Inclusão produtiva. Dimensão ética.

Abstract

The productive inclusion emerges as a new category for social work and actions stemming from the government plan as a challenge to the profession. This reflection aims at the initial seizure of some determinations at the composition of the capitalist system. Therefore, there is need of understanding the characteristics of the phenomenon, which for this initial study sought to grasp the ethical dimension and a discussion of some ideological mediations seized in the literature of social work and that include the actions of productive inclusion proposed by the Federal Government in Brazil.

Keywords: Social Work. Productive inclusion. Ethical dimension.

¹ Assistente social, mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social – PPGSS pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: moniquedamascena@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo constitui as primeiras aproximações e reflexões, cuja intenção é suscitar bases para uma reflexão ética sobre as propostas e ações do Governo Federal para a pobreza e o desemprego² no Brasil. Com isso, propõem-se apreender alguns aspectos da totalidade concreta do fenômeno social, mais precisamente as ações de inclusão produtiva propostas no Plano Brasil Sem Miséria.

Para essa “incursiva”, considera-se de suma importância a compreensão das dimensões das políticas sociais sob a realidade da sociedade de mercado. Na perspectiva de apreensão da essência do fenômeno social na sua complexidade. Para isso, pode-se dizer que o ponto de partida é ontológico envolto em um sistema de dimensões e determinações. Dentre as quais, estão as relações sociais estabelecida pelo sistema produtivo, que é resultado das relações de propriedade e vice-versa. Logo, faz-se necessário a compreensão dessas relações sociais imersas na dinâmica do Estado, sociedade civil e mercado.

O importante para o entendimento da complexidade do fenômeno, como o processo social se gesta historicamente, é a forma social como os homens produzem e operam no marco de determinadas hierarquias sociais e estruturas. No caso da inclusão produtiva, as suas ações foram criadas para dar conta de uma necessidade política e econômica no Brasil. Ações que historicamente já vinham sendo desenvolvidas pelo Estado, tais como: a antiga educação para o trabalho; a especialização da mão de obra e, mais recentemente, a qualificação profissional. No entanto, a política social possível, em razão da orientação de uma política econômica que nos últimos 15 anos vêm sendo formulada por um referencial teórico neoliberal, buscou a focalização de ações do Estado. Sendo assim, as ações de inclusão produtiva compilam as ações já realizadas pelos governos anteriores e também as alternativas encontradas pela sociedade civil para “amenizar” as consequências sofridas pelo desemprego. Tudo isso se compila em um plano de governo, no qual as ações são voltadas para a parcela da população que se

² Nesta perspectiva, entende-se desemprego na condição estrutural, ou seja, os tipos de desemprego cujos postos de trabalho já não mais existem na nova configuração de mercado de trabalho pós-reestruturação produtiva em curso no Brasil desde o início dos anos 1990.

encontra abaixo da linha de pobreza e, portanto não possuem emprego e renda para dar manutenção as suas necessidades básicas.

Na perspectiva de suplantar a pseudoconcreticidade do fenômeno, pretende-se realizar aproximações e coletar tendências, que para o artigo em questão, terá como referência a produção científica publicada na área do Serviço Social sobre a categoria inclusão produtiva. A proposta é perceber as inferências sobre o assunto a partir da dimensão ética. A partir dessa primeira aproximação e de outras que o levantamento das tendências suscitar, tem-se por intuito realizar aproximações sucessivas para que com isso se possa realizar uma análise fenomênica da realidade por meio do descortinamento da radicalidade do fenômeno. Sendo assim, primeiramente haverá a discussão sobre a vida social, o ser social, ideologia hegemônica e seus rebatimentos na compreensão e ações das políticas sociais no Brasil. Após, por meio da análise das publicações, serão expostas algumas tendências nas discussões dos autores sobre a dimensão ética do fenômeno.

2 CONJUNTO DA VIDA SOCIAL E DA PRODUÇÃO MATERIAL NAS POLÍTICAS SOCIAIS

O processo histórico é constituído pela vida do homem e pelo conjunto dos homens. Ele é determinado pela ação deste na natureza que o cerca, por meio do seu trabalho. Em essência esse é o ponto de partida que a circunda. No decorrer da história os processos de produção e reprodução da vida foram complexificados criando diferentes formas e instrumentos que serviram tanto para a emancipação dos homens como para a sua dominação.

Portanto, compreender a base material da reprodução da vida humana é ir à radicalidade do fenômeno, do qual o trabalho e os instrumentos são constituintes. Nessa base material da vida social e “[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais” (MARX, 2008, p. 47). É nessa totalidade de produção expressos em processos de tomadas de decisões, lutas das classes sociais com interesses antagônicos, complexificação do sistema produtivo, entre outros, que a base do complexo laborativo se fundamenta e também se modifica. Pois, constituem o modo de produção

da vida material que condiciona a vida social, política e intelectual e pouco pode apreender no tempo presente, pois estão imersos nos determinismos da superestrutura capitalista (MARX, 2008).

Na estrutura econômica da sociedade, ergue-se uma superestrutura que é jurídica e política e que “correspondem formas sociais determinadas de consciência” (MARX, 2008, p. 47). São essas formas sociais que darão balizas as formas ideológicas hegemônicas, pois elas são as opiniões e ideias da classe social mais rica materialmente e esse ponto de vista, acaba sendo absorvido por toda a sociedade. Há uma espécie de consenso, uma “ilusão social” que é incorporada e passada na cultura dos povos, na medida em que o sistema necessita (CHAUÍ, 2002).

No sistema capitalista há a necessidade de atingir novas posições teológicas hegemônicas, muitas vezes impulsionadas pela crise no sistema, que irão reconfigurar a sua superestrutura. Logo, a ideologia dominante ou hegemônica se faz fundamentalmente necessária, pois se constitui a partir do conjunto da vida social mais a produção social historicamente determinada pelo sistema produtivo como instrumento eficaz de alienação, de ilusão social. A alienação, nesse sentido, nada mais é do que o desconhecimento dessas ações que são sociopolítica e histórica, (CHAUÍ, 2002). É por meio da ideologia que se gesta uma falsa representação dos fenômenos sociais, porque desconhecem os condicionalismos históricos, a forte influência que um sistema produtivo pode ter na vida social e no cotidiano dos seres sociais.

A ideologia hegemônica é uma força real que altera e modifica a vida humana e se transmuta em uma visão de homem e de mundo. Enraizada em conceitos e formulações que são incorporados tanto pelos intelectuais orgânicos, como pela população em geral, inferida no senso comum. Acaba se tornando parte da cultura. Portanto, os sujeitos desconhecem as determinações que lhe são impostas historicamente, pois as mediações realizadas são no âmbito da ideologia hegemônica.

A compreensão das mediações é necessária para o entendimento do desenvolvimento dos fenômenos que rebatem no ser social. Pois, o mesmo pode vir a supor que a representação do fenômeno que ele apreende na gama das mediações ideológicas, que “se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (IAMAMOTO, 2008, p. 406), advém do seu pensar e o constata como verdadeiro. Essas abstrações não são erradas, mas

são abstrações de uma falsa consciência sobre os fenômenos. A alienação gerada nesse processo é necessária para a manutenção e a reprodução do sistema capitalista.

No contexto da vida cotidiana, podem-se inferir os diferentes fenômenos sociais que atingem o ser social, o seu processo de luta diária para suprir as suas necessidades básicas através do trabalho, inseridos em um processo de relações sociais capitalistas, até as suas “estratégias de sobrevivência” as consequências do mercado. Os rebatimentos da sua vida cotidiana e do conjunto da sociedade estão pautados na forma como as políticas sociais estão elaboradas, como a política econômica elabora as suas referências e como o Estado media as suas relações entre o mercado e a sociedade civil. Tudo isso reflete, no cotidiano dos seres sociais que vivenciam formas de precarização no trabalho, buscam alternativas ao desemprego, ocupam o seu tempo, consomem e se relacionam entre si.

Agrega-se, também, a vida cotidiana a reificação do fetiche da mercadoria. Há um direcionamento claro das políticas sociais para o aumento do consumo da população aliada ao incessante apelo mercadológico da publicidade e da propaganda. A ideologia dominante direciona a vida ao “gozo do consumo alienado”, como forma de preenchimento de vazios, da busca do ser social por uma “vida plena de sentido”. Mais tempo livre, sob a visão de homem e de mundo da ideologia dominante, é mais tempo para o “consumo manipulado e estranhado”, ampliando assim a esfera da alienação social (ALVES, 2010).

Sendo assim, para que se possa levantar alguns caminhos e a compreensão da essência real e da função da inclusão produtiva, buscou-se apreender algumas das tendências do fenômeno nas publicações da área do Serviço Social. Na tentativa de iniciar uma investigação ontológica do real, a partir da busca nas produções científicas da dimensão ética do fenômeno, como primeiro passo na aproximação com os dados da realidade. Essa percepção é muito interessante para poder analisar que tipos de relações estão sendo estabelecidas atualmente, as medidas tomadas pelo governo e as consequências para os usuários/beneficiários das ações de inclusão produtiva. Sabe-se que o foco da estratégia está no setor de serviços, cadeias produtivas, Economia Solidária, empreendedorismo e microcrédito. Propõe-se, portanto, o levantamento das tendências das ações conservadoras mascaradas nessas ações. Do discurso e das bases que visam assegurar os direitos sociais dos indivíduos que necessitam recorrer a essas ações, ao se

encontrarem em situação de pobreza e desemprego. E também, levantar as ações que realmente beneficiam os usuários/seres sociais.

3 PARTICULARIDADES DA INCLUSÃO PRODUTIVA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO SERVIÇO SOCIAL

Para realizar uma análise do fenômeno é importante compreender primeiramente como ele se expressa na realidade social. No caso da inclusão produtiva, o fenômeno se sustenta em um plano de governo, do qual se ampara em duas políticas sociais estratégicas, a da Assistência Social e a da geração de trabalho, emprego e renda. Do ponto de vista do modo de produção capitalista, atuam na sua produção e reprodução e, por outro do ponto de vista, na conquista e ampliação dos direitos sociais universais, como é o caso da política de Assistência Social.

Faz-se necessário, portanto, compreender a constituição dessas políticas sociais dentro do sistema e ponderar alguns elementos que são bases de suas essências. “O primeiro é a natureza do capitalismo, seu grau de desenvolvimento e as estratégias de acumulação prevalentes. O segundo é o papel do Estado na regulação e implementação das políticas sociais, e o terceiro é o papel das classes sociais” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 44). Tendo isso como norte, a proposta é observar as tendências da inclusão produtiva, por meio das dimensões histórica, econômica, política e ética em algumas publicações do Serviço Social, do qual se optou para este estudo a dimensão ética.

Optou-se também, por artigos científicos que continham a categoria inclusão produtiva em seus títulos e/ou nas palavras-chaves. Essa medida tem como intuito realizar uma revisão bibliográfica e ser ponto de partida para a análise do fenômeno em sua totalidade concreta. As tendências levantadas darão uma perspectiva da dimensão da totalidade do fenômeno e dos quais as pesquisas posteriores poderão se aprofundar.

As produções científicas majoritariamente debatem sobre as ações de inclusão produtiva dentro da Política de Assistência Social, muito em volta da preocupação em apreender a interlocução das ações que são do âmbito da geração de trabalho e renda e inclusão no mercado de trabalho como uma das funções da Política de Assistência Social. Esta preocupação é pertinente à área, pois o assistente social é um dos profissionais que tem trabalhado diretamente com a Política e é oportuna a indagação, de como se darão os

processos de emancipação dos sujeitos usuários, já que os pressupostos de emancipação e autonomia estão garantidos em legislação. Essas publicações datam os últimos três anos, entre 2011 e 2013. Isso reporta a emergência do debate sobre o assunto, principalmente para o Serviço Social, a partir do marco de implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em 2006.

É interessante observar que na coleta das produções científicas o foco dos autores se voltou para desocultar o fenômeno a partir de publicações (livros, dissertações e artigos científicos) e de legislações que compõem as ações de inclusão produtiva. Todavia o estudo da vida cotidiana, a partir da individualidade posta pelos sujeitos que sofrem as ações foi verificado em somente duas publicações, uma que analisou a inclusão produtiva por meio da visão dos assistentes sociais inseridos na política de Assistência Social (ORTH et. al, 2013) e a outra, das ações de inclusão produtiva com os usuários catadores de materiais recicláveis beneficiários do Programa Bolsa Família (LUCHETI; CARLOTO, 2012). Logo, o estudo da cotidianidade, “lugar onde ocorrem as posições teleológicas individuais” (ALVES, 2010, p. 54-55) precisa ser mais estudado. Pois ocorre que, a partir do estudo proposto a análise poderia se voltar, somente, as abstrações dos autores, pautados em diferentes observações teóricas, que podem vir a trazer desconexões com a realidade vivida e acabar em suscitar e reforçar algumas mediações ideológicas. Entretanto, as ações de inclusão produtiva começaram a se configurar como uma estratégia de plano de governo há alguns anos, mas as suas ações já vinham sendo estudadas separadamente (qualificação profissional, microcrédito, Economia Solidária, entre outros) o que justifica a pouca vinculação, mas não desmerece as publicações que foram baseadas em outras publicações ou legislações.

Cabe salientar que as tendências que serão apresentadas partem das múltiplas conexões que compõe o fenômeno e que fazem parte da totalidade concreta do ser social. As tendências que serão apresentadas compõem um fenômeno complexo que são as políticas sociais, especificamente no Brasil. Do qual, também interagem com outros fenômenos complexos que são a pobreza e o desemprego. Sendo assim, a partir das publicações na área do Serviço Social mapeadas e divulgada por meio do artigo “Inclusão Produtiva na Produção Teórica do Serviço Social” (DAMASCENA, 2014), foi realizado o levantamento das tendências, restrita ao entendimento do fenômeno pela política social. Para que haja a compreensão da totalidade concreta da inclusão produtiva é necessário

que os diferentes complexos que o constituem sejam levantados, ir de um complexo para outro complexo, levando em consideração a vida cotidiana, para se chegar à essência real da sua natureza e da sua função (ALVES, 2010).

4 DIMENSÃO ÉTICA DO FENÔMENO

No levantamento das tendências referentes à dimensão ética, percebeu-se a influência do senso comum, ou seja, da visão que a população em geral tem sobre os impactos das Políticas de Transferência de Renda e a Política de Assistência Social sobre os usuários. O senso comum advém do entendimento massificado sobre a pobreza e a culpabilização do ser social pela sua condição - pobreza material -. Efeito disso são a percepção e os atos preconceituosos para com os usuários dessas políticas. É importante notar que o reforço por diferentes vias dessa percepção, acarretou na sua incorporação ao senso comum. Logo, a união dessas ideias de senso comum mais a legitimação pela mídia e por alguns intelectuais, fundamentam e fortificam a ideologia hegemônica (CHAUÍ, 2002).

Nesse sentido, há um verdadeiro desmonte da essência dos usuários – sujeitos e seres sociais -, no que diz respeito as suas capacidades individuais e coletivas, para uma objetivação e mercantilização do seu ser (estranhamento – alienação). O modo de vida dos indivíduos, absorvidos cada vez mais pelas consequências do sistema capitalista, agrega-se as misérias da sociedade e a culpa pela sua situação social e econômica. Por envolverem esses diferentes aspectos do ser social (econômico, psicológico e político) acabam por ocultar a sua verdadeira essência, para uma situação e posição social que a estrutura econômica exige.

Na produção científica da área do Serviço Social analisada, a moral se torna instrumento ideológico do consenso sobre quatro aspectos: a) transforma os direitos em benefícios; b) subordina os indivíduos há diferentes formas de discriminação; c) responsabiliza os sujeitos pelas suas condições sociais; e, d) despolitiza as lutas sociais. Características essas das políticas sociais brasileiras por ainda serem imbuídas da compensação e da restrição ao focalizarem no combate à pobreza.

O primeiro aspecto deriva da própria ideologia dominante, estratégia ideológica de concessão de direitos como se fossem benefícios. Ampliam a ilusão social de benemerência do Estado e de dependência do usuário. No caso da Política de Assistência Social, tem-se “a ideia da ‘não-política’, isto é, a reprodução, ainda que velada, de uma noção de assistência social não como direito, mas como espaço virtuoso onde se pode adquirir e desenvolver capacidades pertinentes ao mundo do trabalho” (BIONDO, 2013, p. 5). Pode-se contestar o porquê da “virtude” desse espaço. Pois, primeiramente, como no caso da inclusão produtiva, parece ser uma forma de compensação do usuário pelo benefício. Segundo, parece haver a necessidade de uma justificativa pelo uso da verba pública para o restante da população que não utiliza a política. E terceiro, há um reforço de concepções ideológicas antigas, do qual o pobre deve ser merecedor do benefício, para isso, em troca, ele deve trabalhar e, no caso atual, se qualificar para o mercado. Esses aspectos mexem no imaginário social sobre como os direitos sociais devem ser distribuídos, legitimando a ideia de benefício concedido como caridade e ajuda. Essa concepção se mascara na ideologia dominante sobre os subterfúgios do senso comum, ou ainda, pelo moralismo das desigualdades sociais sofridas pelos usuários da Assistência Social. Sendo assim, têm-se políticas sociais focalizadas em grupos excluídos, característica essa de políticas sociais tradicionais que são reconfiguradas as demandas atuais do mercado.

A produção científica do Serviço Social vincula a subordinação das diferentes formas de discriminação aos mesmos elementos do primeiro aspecto. A concessão de direitos por benefícios se presa na responsabilização individual pela condição de pobreza, na sua focalização e na discriminação por vezes oculta que os benefícios são concedidos. Na passagem: “se se tratam de pobres que buscam se capacitar, então, parece que não há o que ser questionado, [...]” (BIONDO, 2013, p. 2). Há a constatação do reforço ao senso comum, no que tange a associação de seres empobrecidos com depreciações dirigidas as suas condições de vida e material. O consenso ideológico ocorre ao tratar de direitos à população pobre e miserável como agregador de qualquer forma de experiência que indique a desvinculação dos usuários da Política de Assistência Social. Com isso, cria-se a noção de que qualquer ação que tenha o discurso de “emancipação” dos usuários seja aceita pela gestão da política social. Um dos exemplos citados na produção científica do Serviço Social sobre a inclusão produtiva é a qualificação profissional.

[...] as modalidades de capacitação profissional oferecidas à comunidade chegam de forma hierarquizada, sem consulta dos sujeitos interessados. A falta de protagonismo acontece também na decisão das modalidades de formação dos grupos de geração de trabalho e renda. Quando os sujeitos desistem por não se identificarem com a modalidade oferecida, são muitas vezes, taxados como negligentes em sua formação profissional e em suas próprias vidas (ORTH et. al., 2013, p. 4).

A Política de Assistência social ao incorporar a função de promotora da inclusão produtiva se percebe, a partir da implantação do equipamento de Proteção Social Básica - Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, não mais como promotora da ação, mas sim como executora. Ou seja, toma para si a função de transformar a inclusão no mercado de trabalho como “porta de saída” dos programas de transferência de renda e também da própria política. Nesse percurso são implantadas ações que visam à geração de trabalho e renda, do qual a gestão municipal se percebe sobre um novo desafio. Isso acarretou em inúmeras ações que não possuíam articulação com a demanda dos usuários e o mercado de trabalho. Entretanto, o que deveria ser oferecido como forma de gerar trabalho e renda aos usuários, “[...] os cursos são construídos na ótica da ocupação do tempo, sem vinculação com a política produtiva local e como arremedo de inclusão em trabalhos, muitas vezes precarizados e sem qualidade” (CALVETE; COUTO, 2009, p. 197). Como estratégia de reorganização da Política de Assistência Social para a função incorporada foi criado em 2011 o Programa ACESSUAS/Trabalho, que visa centrar a política como promotora e articuladora da inclusão produtiva e não como executora. Entretanto, o programa não teve ainda as dimensões necessárias para realinhar a política. Por enquanto, a literatura aponta que essa ação reiterou a condição de subalternidade da população usuário e de “[...] culpabilização dos sujeitos por parte do Estado quando estes não conseguem superar a sua condição de vulnerabilidade social, admitida pela assistência social, a partir da sua inserção ou não no mercado de trabalho” (NASCIMENTO, 2014, p. 14). A reiteração da culpabilização é reforçada pela desqualificação para o mercado e por não conseguirem sair das suas condições de usuários, ao não “aproveitarem” as alternativas fomentadas pelo Governo.

O terceiro aspecto observado é a responsabilização dos sujeitos usuários pelas suas condições sociais. Observou-se que na produção científica consultada, essa responsabilização transcende para os trabalhadores da Política de Assistência Social.

Por meio do *ethos* conservador que as políticas sociais possuem, principalmente, a Política de Assistência Social, os usuários são levados a crer que potencialmente “somos todos iguais”. Recorre-se ao recurso da subjetividade ao valorizar a capacidade individual dos usuários. Há o reforço da ideia de que por meio do esforço individual, há a possibilidade de desenvolver frentes empreendedoras como forma de sair da condição de usuário e beneficiário da política. Tem-se, portanto, a psicologização da pobreza, ao passar a responsabilidade de sua condição ao usuário. Sendo assim, as desigualdades sociais são produzidas pelas diferenças individuais, dos talentos, das capacidades, da inteligência e da força de vontade.

A inquietação dos autores no levantamento de questões sobre o processo e emancipação garantidos aos usuários, se refere particularmente os beneficiários do Programa Bolsa Família. Essas famílias ainda sofrem estigmas de cunho moralista por receberem esse benefício e muitas se inserem em programas de geração de trabalho e renda oferecidos pelos equipamentos do Sistema único de Assistência Social - SUAS, na perspectiva de emancipação econômica. Essa perspectiva ainda é muito sancionada e pressionada pela população, devido à imposta necessidade de retorno desse subsídio oferecido e, ainda, a responsabilidade pela sua inserção no mercado de trabalho, ou seja, sua autonomia perante aos benefícios concedidos (MACIEL, 2013; PENHA, 2013; BIONDO, 2013). Logo, cabe aos indivíduos se virarem no mercado (IAMAMOTO, 2008).

Há também o fenômeno de auto-responsabilização dos profissionais pelas suas condições profissionais de atuação na Política de Assistência social. Foi expressa como “entraves”, no que diz respeito à estrutura física, os recursos humanos e o financiamento. Esse fenômeno é justificado pelo sentimento de frustração, do qual propõem como uma forma de contorno ao problema a “criatividade” (ORTH et. al., 2013). “A frustração irremediável das possibilidades objetivas de desenvolvimento humano-genérico e a irrealização efetiva das promessas contidas nas condições materiais abertas pelo processo civilizatório, compõem a natureza do fenômeno do estranhamento” (ALVES, 2010, p. 80). A frustração nesse caso advém do discurso propagado de erradicação da miséria e da pobreza, imposto quase que exclusivamente a Política de Assistência Social, e a criação nos últimos anos de inúmeras ferramentas para a gestão por parte do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Pobreza – MDS. Esses dois fatores aumentaram a

responsabilização dos profissionais e auto-responsabilização pelos resultados exigidos, cada vez mais quantitativos. Com isso se tem a irrealização das propostas da política social que conduzem a um trabalho precarizado e estranhado, devido aos entraves apontados.

E como último aspecto, a moral se torna instrumento ideológico do consenso, por meio da despolitização das lutas sociais. Apontou-se a postura do Estado frente à política econômica ao “incorporar políticas focalizadas, emergenciais, voltadas para a população pauperizada como meio de manter a ordem e, assim garantir a reprodução social (ELOI, 2012, p. 6). Essas medidas aprofundam o fracionamento social e territorial diminuindo a possibilidade de imersão de consciência de classe social e de lutas sociais.

No rol dessas mediações ideológicas, pergunta-se: há a possibilidade de vislumbrar estratégias emancipadoras que venham a trabalhar para desnaturalizar a barbárie e ampliar a dignidade humana? É apontado pela bibliografia como uma das vias de prospecção para a Política de Assistência Social e como discurso que vem na contramão da fragmentação da totalidade, a intersectorialidade. Por mais que ainda seja no formato de “discurso” a reflexão mesmo que limitada tem potencialidade ética no cotidiano.

O que cabe apreender é o tipo de intersectorialidade que se propõe. Acredita-se que há uma necessidade da parte da Assistência Social em definir qual é o seu papel nessa estratégia governamental, para que se possam conjecturar formas de articulação com as demais políticas. Essas formas já estão sendo pensadas, mas ainda em formato de programas sociais, como é o caso do ACESSUAS/Trabalho. A articulação com as demais políticas, por meio desse programa, fica evidente na intenção de considerar a Assistência Social como mediador, e espaço oportuno de busca da população alvo para a inclusão produtiva. Tenta-se com isso, contornar a função atribuída a Assistência social e incorporada como executora das ações de “inserção produtiva”.

Há ainda duas importantes questões que devem ser consideradas quando se tem por referência à tomada para si da Política de Assistência Social sob a inclusão produtiva. Primeira questão, em que medida a promoção ao mercado de trabalho deve estar atrelada a Assistência Social (MACIEL, 2013; ELOI, 2012; BIONDO, 2013)? Pressupõe-se a revisão ou alteração dessa função na política. E a segunda questão levantada, que tipo de inclusão para o mercado esta sendo oferecido? Qualificando os usuários para o

desemprego? E para que tipo de trabalho, o precarizado? Enfim, são questões que estão emergindo dos estudos e aproximações com o fenômeno social, e que merecem aprofundamento e pesquisa.

5 CONCLUSÃO

As aproximações com as discussões presentes na produção científica do Serviço Social, sobre o fenômeno social inclusão produtiva, oportunizaram a apreensão de algumas discussões que são introdutórias, mas “caras” para o Serviço Social. Compreendê-los sobre as suas diferentes dimensões (ética, política, econômica e histórica) é um desafio presente para futuras pesquisas que pretendem superar a pseudoconcreticidade do fenômeno. A aproximação com a dimensão ética oportunizou um interessante olhar sobre a inclusão produtiva, um olhar voltado para o ser social, que é o usuário das políticas sociais, como ele vive, se percebe e sofre os rebatimentos do cotidiano.

Percebeu-se que, as mediações ideológicas hegemônicas possuem forte influência nas políticas sociais que englobam o fenômeno. Para que essas mediações tenham êxito foram percebidas, nas publicações do Serviço Social, quatro formas de consenso social e que estão intimamente ligados a forma como o moralismo perpetuado pela sociedade de mercado rebate sobre usuários, são elas: a transformação dos direitos em benefícios; a subordinação dos indivíduos há diferentes formas de discriminação; a responsabilização dos sujeitos pelas suas condições sociais; e, a despolitização das lutas sociais.

Todas essas anotações introdutórias sobre a dimensão ética do fenômeno possibilitarão o amadurecimento das discussões e aprofundamento das pesquisas sobre o tema. Certamente chegar a compreensão da raiz do fenômeno social é um grande desafio, pois o que se percebe é a necessidade de análise dos diferentes diálogos e discursos, que são ideológicos; mas, principalmente, como o efeito disso e das suas ações efetivas rebatem no cotidiano dos usuários das políticas sociais, que são experimentos das ações de inclusão produtiva. Para assim conseguir visualizar mais do que ações que envolvam a forma de gestão das políticas sociais, como a intersetorialidade. Mas, também, ações que atualmente se mostrem como fontes impulsionadoras, na prospecção da autonomia dos seres sociais, e ainda, que mudem a estrutura de funcionamento das funções das

políticas sociais, no caso, a função de executora das ações de inclusão produtiva absorvidas pela Política de Assistência Social.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Manoela Carvalho de. **O Sistema Único de Assistência Social e a Inclusão Produtiva**. 2009. (Dissertação de mestrado)-Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2115>. Acesso em: 15 out 2013.

ALVES, Giovanni. **Lukács e o Século XXI: Trabalho, Estranhamento e Capitalismo Manipulatório**. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social: fundamentos e história**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).

BIONDO, Josiane. Trabalho e Política de Assistência Social: Elementos Críticos para Pensar a Inclusão Produtiva. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2013. Tema: o desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação. **Anais... (CD ROM)**. São Luiz, 2013.

CALVETE; Cássio; COUTO, Berenice Rojas. **A assistência social e a inserção produtiva: garantia de renda ou inserção precária no mundo do trabalho?** In: MENDES, Jussara M. R. [et. al.]. **O Sistema único de assistência social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 12. ed. Editora Ática, São Paulo, 2002.

DAMASCENA, M. B . Inclusão Produtiva na Produção Teórica do Serviço Social. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 2., e ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 9., 2014, Vitória. **Anais...** 2014. p. 1-20.

ELOI, Núbia Machado. Política de Inclusão Produtiva: Uma Alternativa à Pobreza ou Avanço do Capital? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 13., 2012. **Anais... (CD ROM)**. Juiz de Fora/MG, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LUCHETI, Lucinéia Aparecida Roncador; CARLOTO, Cassia Maria. **Desafios da política social para inclusão produtiva: o programa bolsa família e os catadores de materiais recicláveis, no município de Presidente Prudente-SP**. Seminário do Trabalho, UEL/PR, 2012. (CD ROM).

MACIEL, Heloisa Helena Mesquita. Assistência Social, Inclusão Produtiva e o Trabalhador Social. Qual o Significado para os Direitos? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 14., 2013. **Anais... (CD ROM)**. Águas de Lindóia, 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NASCIMENTO, Bruna de Lima Pereira do. Assistência Social e Inclusão Produtiva: garantia de direitos ou estratégia do capital? In: ENCONTRO DA ANDHEP, 8., 2014, Tema: Políticas Públicas para a Segurança Pública e Direitos Humanos. **Anais...** São Paulo, 2014.

ORTH, Thiana; REIS, Patrícia Lane Araújo; GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro. Inclusão Produtiva: Um Desafio à Política de Assistência Social. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2013. Tema: o desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação. **Anais... (CD ROM)**. São Luiz, 2013.

PENHA, Aline Ângela Formiga. O Programa Bolsa Família e o Desafio da Inclusão Produtiva de seus Beneficiários. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 14., 2013. **Anais... (CD ROM)**. Águas de Lindóia/SP, 2013.